

CONJUNTURA (PÁGS. 8 e 9)

Crise se combate com RENDA, EMPREGO e INVESTIMENTO



Manifestação fecha rodovia para reverter 1,3 mil demissões Pág.13



Campanhas salariais priorizam ganho real e jornada de 40 horas

Páginas 4 e 5

CLEMENTE, do DIEESE:

"Movimento sindical precisa manter a pressão pelo crescimento econômico via mercado interno, com valorização do emprego e do salário"

Pág. 3



FUNDADOR: Luiz Antonio de Medeiros
PRESIDENTE: Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
SECRETÁRIO-GERAL: João Carlos Gonçalves (Juruna)
TESOURERO: Luiz Carlos Motta

DIRETORIA EXECUTIVA:

Melquíades Araújo, Miguel Eduardo Torres, Antonio de Sousa Ramalho, Eunice Cabral, Almir Munhóz, João Batista Inocentini, Paulo Ferrari, Levi Fernandes Pinto, Luiz Carlos Pedreira, Abraão Lincoln, Wilmar Gomes Santos, Terezinha Martins, Ivandro Moreira, Maria Augusta S. Marques, Sérgio Luis Leite (Serginho), Valcélia Trindade, Edson Geraldo Garcia, Francisco Sales, Miguel Padilha, Minervino Ferreira, Nilton Souza Silva (Neco), Herbert Passos, Antonio Vitor, Mônica O. Lourenço Veloso, Geraldino Santos Silva, Oscar Gonçalves, Carlos R. Malakias, Luciano M. Lourenço, Nelson Silva de Souza, Antonio Farias, Cícero Firmo (Martinha), José Pereira, Ari Alano, João Peres Fuentes, Arnaldo Gonçalves, Cídia Fabiane C. Santos, Elvira Berwian Graebin, Paulo Zanetti, Cláudio Magrão, Maria Auxiliadora, Maria Susicléia, Jefferson Tiego, Francisca Lea, Gleides Sodré Almazan, Vilma Pardinho, Adalberto Galvão, Maria Rosângela Lopes, Ruth Coelho, Raimundo Nonato, Severino Augusto da Silva, Lourival F. Melo, José Lião, Mara Valéria Giangiulio, Evandro Vargas dos Santos, Neusa Barbosa, Reinaldo Rosa, Defendente F. Thomazoni, Antonio Silvan, Valdir Lucas Pereira, Antonio Johann, Carlos Lacerda, Ezequiel Nascimento, Leodegário da Cruz Filho, Elmo Silvério Lescio, Daniel Vicente, Walzenir Oliveira Falcão, Manoel Xavier, Valdir Pereira, Mauro Cava, Milton Batista (Cavalo), Núncio Mannaia, Luis Carlos Silva Barbosa, Moacyr Firmo dos Santos

CONSULTORIA: Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA POLÍTICA: Antonio Rogério Magri, Hugo Perez, João Guilherme Vargas, Marcos Perioto

JORNAL DA FORÇA SINDICAL

DIRETOR RESP.: João Carlos Gonçalves (Juruna)

JORNALISTA RESP.: Antônio Diniz (MTB: 12967/SP)

EDITOR DE ARTE: Jonas de Lima

REDAÇÃO: Dalva Ueharo e Val Gomes

ASSIST. DE MARKETING: Rodrigo Telmo Lico

FORÇA MAIL: Antônio Diniz

O JORNAL DA FORÇA SINDICAL é uma publicação mensal da central de trabalhadores FORÇA SINDICAL

Rua Rocha Pombo, 94 – Liberdade – CEP 01525-010

Telefone: (11) 3348-9000 – São Paulo – SP – Brasil

www.fsindicais.org.br www.twitter.com/centralsindical

ESCRITÓRIO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL EM BRASÍLIA:

SCS (Setor Comercial Sul) – Quadra 02 – Ed. Jamel Cecílio

3º and. – Sala 303 – ASA Sul – 70302-905

Fax: (61) 3037-4349 – Telefone: (61) 3202-0074

FOTOS DA CAPA: JAÉLCIO SANTANA / SÉRGIO BORGES

FORÇA SINDICAL NOS ESTADOS (PRESIDENTES)

ACRE: Luiz Anute dos Santos

ALAGOAS: Albegemar Casimiro Costa

AMAPÁ: Maria de Fátima Coelho

AMAZONAS: Vicente de Lima Fillizola

BAHIA: Nair Goulart

CEARÁ: Raimundo Nonato Gomes

DISTRITO FEDERAL: Epaminondas Lino de Jesus

ESPIRITO SANTO: Alexandre Martins Costa

GOIÁS: Rodrigo Alves Carvalho

MARANHÃO: José Ribamar Frazão Oliveira

MATO GROSSO: Manoel de Souza

MATO GROSSO DO SUL: Idelmar da Mota Lima

MINAS GERAIS: Rogério Fernandes

PARÁ: Ivo Borges de Freitas

PARAÍBA: José Porcino Sobrinho

PARANÁ: Sérgio Butka

PERNAMBUCO: Aldo Amaral de Araújo

PIAUÍ: Fabrício Dourado Gonsalves

RIO DE JANEIRO: Francisco Dal Prá

RIO GRANDE DO NORTE: Francisco de Assis Torres

RIO GRANDE DO SUL: Cláudio R. Guimarães Silva (Janta)

RONDÔNIA: Antônio do Amaral

RORAIMA: Manoel Antônio dos S. Santana

SANTA CATARINA: Osvaldo Olavo Mafra

SÃO PAULO: Danilo Pereira da Silva

SERGIPE: Willian Roberto Cardoso Arditti

TOCANTINS: Carlos Augusto Melo de Oliveira

EDITORIAL

Há sintonia entre governo e movimento sindical

Bob Wolfson



Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
Presidente da Força Sindical

Ao que parece o governo federal está em sintonia com as aspirações do movimento sindical brasileiro. As centrais sindicais defendem há anos a implementação de uma política econômica volta para o desenvolvimento do país, com valorização do mercado interno, do consumo popular, da distribuição de renda e do aumento real de salários.

Dias atrás, a presidente Dilma Rousseff mais uma vez rechaçou as propostas ultrapassadas de introduzir ajustes fiscais drásticos para supostamente impedir que a crise global contamine a economia brasileira.

Para consolidar o crescimento e avançar ainda mais, o país precisa de desenvolvimento

voltado para o mercado interno e para o social, a fim de erradicar a miséria, disse ela, de maneira enfática.

Justamente o que as centrais sindicais apresentaram ao país no final de 2008, quando explodiu a crise financeira nos Estados Unidos. Explicávamos, então, que a saída era o governo combater a especulação financeira baseada nos juros extremamente altos e acabar com o modelo econômico voltado aos interesses do mercado financeiro.

Portanto, a prioridade da política econômica tem de ser os trabalhadores, os movimentos sociais e os empresários ligados à produção. O governo precisa diminuir os juros, oferecer crédito a taxas reduzidas, promover cortes de impostos, valorizar a produção nacional e aumentar o poder de compra do salário mínimo.

Nós, trabalhadores da iniciativa privada, estamos fazendo a nossa parte, lutando para conquistar aumento real nas campanhas salariais que começaram em janeiro e em outras que ainda estão em curso.

ARTIGO

Missão impossível?

Em determinado momento da história foi criada uma entidade capaz de aglutinar os trabalhadores para lutar contra a exploração. Antes dessa entidade, muita luta já havia sido travada; depois dela, as lutas se multiplicaram. Mesmo assim, depois de séculos, o que salta aos olhos é a capacidade de adaptação que o capital tem para fazer valer os seus objetivos.

As conquistas obtidas através de anos de mobilizações, com movimentos grevistas dentro das grandes categorias, tornaram-se benefícios de poucos, pois o patronal astuciosamente terceirizou sua empresa (provavelmente para a própria empresa) e reduziu

seus custos eliminando tais conquistas.

Ele conseguiu retirar das grandes organizações sindicais a maior parte de seus representados, transformando-os em trabalhadores de categorias desorganizadas, sem estrutura, ou até mesmo de entidades criadas para concretizar este abuso.

Poderíamos ter mais motivos para comemorar, por exemplo, o aumento do IPI sobre os carros que não tenham uma porcentagem mínima de peças produzidas pelo trabalhador brasileiro em território nacional se a mão de obra a ser empregada se beneficiasse de todas as conquistas que os trabalhadores meta-



Jaélcio Santana

Paulo Ferrari, presidente do Sindicato dos trabalhadores em Edifícios e Condomínios de São Paulo (Sindifícios)

lúrgicos já tiveram. Contudo, só nos resta comemorar os empregos que serão criados em nosso mercado de trabalho que ironicamente continua sem os benefícios que um dia já foram conquistados. É necessário redefinirmos o rumo do sindicalismo brasileiro.

Trabalhador aumenta consumo e impede que a crise prejudique o país

Jornal da Força Sindical — Quais os estragos que a crise internacional pode provocar na economia e na vida dos trabalhadores?

Clemente Lúcio — A crise é muito séria, será longa e trará graves consequências para os trabalhadores dos países desenvolvidos: desemprego, queda dos salários, desmonte do sistema de proteção social, insegurança e falta de perspectiva profissional e de vida. Coisas que vivemos no Brasil nos anos 1990. Hoje o Brasil está diferente e poderá enfrentar a crise de outra forma. Fazemos parte da solução do problema. Mas, sem dúvida, essa crise acarretará uma diminuição do nosso crescimento econômico e poderá ter consequências sobre o emprego e os salários.

Força — Este cenário, aliado à alta do dólar e ao aumento da inflação, pode provocar recessão no Brasil, com altas taxas de desemprego?

Clemente Lúcio — O Brasil pode fazer diferente e aproveitar a crise para ajustar ainda mais nossa estratégia de crescimento. Reduzir os juros e deslizar o câmbio para uma taxa que eleve a competitividade das empresas, por exemplo, são oportunidades. A crise também poderá colocar um certo freio na inflação. Nosso foco deve ser manter o vigor do mercado interno, leia-se, emprego, salário, investimento e crédito.

Força — Qual o papel do movimento sindical diante deste cenário de crise? Há espaço para lutas populares e institucionais (no Parlamento)?

Clemente Lúcio — O movimento sindical deve ter prioridades: manter o vigor do mercado interno; ampliar o



Arquivo Força Sindical

Clemente Ganz Lúcio
Diretor técnico do Dieese

"O movimento sindical precisa exigir do governo que priorize o mercado interno e amplie investimentos na infraestrutura produtiva e social, na educação, ciência e inovação, lutando pela distribuição de renda, valorização do salário mínimo e erradicação da miséria"

investimento em infraestrutura produtiva e social; prioridade para a educação, ciência e inovação; distribuição de renda com valorização do salário mínimo e erradicação da miséria. Há muito que fazer para se avançar nessas questões, assim como nas relações com os empregadores, parlamentares e com os governos.

Força — O Dieese divulgou uma nota, afirmando que a elevação dos salários poderá ser fundamental para o Brasil superar a crise. Você pode explicar esta ideia?

Clemente Lúcio — O enfrentamento da crise exige que os países promovam o crescimento econômico. O mercado interno – consumo das famílias, do governo e investimento – é o motor desse crescimento. As famílias consomem se

tiverem salário, emprego e segurança de que não ficarão desempregadas. A hora é de fortalecer o mercado interno, gerando emprego e renda que ampliem nosso consumo interno com produtos e serviços prioritariamente produzidos em nosso território.

Força — Na crise que começou no final de 2008, o Brasil e os trabalhadores não sofreram tanto quanto outros países. Por quê?

Clemente Lúcio — Porque o nosso país tinha e mantém um sistema financeiro regulado pelo estado, orçamento público equilibrado e fundamentos macroeconômicos (inflação sob controle, por exemplo). Além disso, estávamos com uma dinâmica de crescimento econômico assentada no mercado interno e com aumento do investimento público em infraestrutura produtiva e social, distri-

buição de renda (salário mínimo, bolsa família, sistema previdenciário etc.).

Força — Como o movimento sindical colaborou neste processo?

Clemente Lúcio — Os trabalhadores seguraram o Brasil nessa crise, produzindo e consumindo. O movimento sindical pressionou o governo para manter o ritmo – por exemplo, mantendo a política de valorização do salário mínimo – e aprofundar a geração de emprego e renda – por exemplo, o investimento em habitação com o programa Minha Casa, Minha Vida. O movimento sindical deve manter a pressão para o crescimento orientado pelo mercado interno, pela valorização da nossa indústria com forte componente nacional, para o aumento do investimento público e privado.

Crescimento econômico favorece

Os recentes acordos firmados dos trabalhadores das montadoras de veículos mostram que ainda há espaço para os sindicatos negocarem ganho real de salário. No Paraná, os metalúrgicos da Volvo conseguiram 2,5% de aumento real. Este mesmo índice foi alcançado pelos companheiros da Renault, com a garantia de 3% de aumento real para 2012 e 3,5% em 2013.

"Quanto maiores os salários, menores serão os efeitos da crise mundial na economia do país," diz Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e da Força Sindical do Paraná.

Em relação ao aumento real de 3,17% para os metalúrgicos da GM, de São Caetano do Sul, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, observou que foi aberto um precedente para outros sindicatos reivindicarem índices parecidos. "Basta ter vontade de brigar," resume Cidão.

METALÚRGICOS

A campanha salarial dos cerca de 750 mil metalúrgicos paulistas ligados à Força Sindical, intitulada "Brasil Maior só com Salário Melhor," tem



Comerciários realizaram protestos para conquistar aumento real de salário

se notabilizado pela unidade, destacou Cláudio Magrão de Camargo Cre, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e vice-presidente da Força Sindical, lembrou que o mercado interno é fundamental para enfrentar a crise econômica que assola os países desenvolvidos.

COMERCIÁRIOS

Os 66 sindicatos filiados à Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo conquistaram reajuste salarial de 9,8% para a capital e interior. Para os pisos normativos, o percentual chegou a 10,5%. O acordo vai beneficiar cerca de 2 milhões de trabalhadores, explicou o presidente da fe-

deração, Luiz Carlos Motta, depois de um protesto com 300 práticos de farmácia em frente à distribuidora da Drogeria São Paulo, que se recusa a conceder aumento real para seus funcionários.

QUÍMICOS

Dirigentes de 33 sindicatos ligados à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Quími-



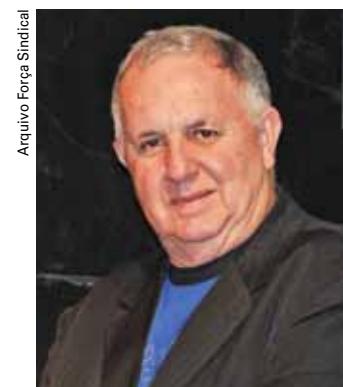
Motta fecha acordo para 2 milhões de comerciários



Magrão destaca a unidade dos metalúrgicos



Arraes quer iniciar logo as negociações



Del Roy quer ganho real para 100 mil gráficos



Serginho: "Aumento real aquece a economia do país"

luta por AUMENTO REAL



Metalúrgicos da GM, de São Caetano do Sul, aprovam acordo de 3,17% de ganho real

Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Estado de São Paulo. Já os seis mil trabalhadores do setor de Torrefação e Moagem terão reajuste de 8% (dos quais 0,56% de aumento real).

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas Estado de São Paulo e seus 18 sindicatos filiados reivindicam reposição da inflação; aumento real e redução de jornada, sem redução de salários, para os 100 mil trabalhadores da categoria gráfica do estado, disse Leonardo Del Roy, presidente da FTIGESP.

SÃO PAULO

Com 9,5% de reajuste salarial, os 150 mil trabalhadores da alimentação (água mineral, massas alimentícias, biscoitos, azeite e óleo, cacau e bala e milho e soja), do chamado Plurímetro, terão um aumento real de 1,96%, revelou Melquíades de Araújo, presidente da

cas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar) já entregaram a pauta de reivindicações ao setor patronal em nome dos mais de 116 mil trabalhadores da categoria.

O presidente da Fequimfar, Sérgio Luiz Leite, o Serginho, acredita em uma vitoriosa campanha salarial. "Aumento real e outros benefícios representam aquecimento da economia e o desenvolvimento do País".

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, Nilton Souza da Silva, o Neco, está otimista com relação à campanha salarial dos 110 mil trabalhadores comerciários. "Apesar da crise, as empresas estão faturando muito", diz ele.

Os 20 mil trabalhadores da BRF (Brasil Foods), representados pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados e da Alimentação de

Santa Catarina, conquistaram reajuste salarial de 8,20% (aumento real de 1,65%) e piso salarial de R\$ 759. Os trabalhadores de Chapecó, cujo sindicato não é filiado à federação, também obtiveram reajuste de 8,2%, informou Osvaldo Olavo Mafra, presidente da Força Sindical de Santa Catarina.

FRENTISTAS

Os 16 sindicatos filiados à Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo definirão em novembro a pauta de reivindicações da categoria (100 mil trabalhadores) e iniciar as negociações com o setor patronal ainda neste ano, adiantou Luiz de Souza Arraes, presidente da Federação.



Dirigentes dos 33 sindicatos de químicos ligados à Fequimfar já entregaram a pauta de reivindicações aos patrões

Atos sugerem mobilizar a sociedade

Pressionar os governos a firmar acordos com os sindicatos para que as políticas de desenvolvimento econômico garantam o trabalho decente para mulheres e homens. Esta bandeira de dimensão mundial, incorporada pela agenda de luta do movimento sindical, levou a Força

Sindical, entidades filiadas e UGT a promoveram atos pela "Jornada mundial pelo trabalho, no dia 7 de outubro.

O evento fez parte da campanha da CSI/CSA (Confederação Sindical Internacional/Confederação Sindical das Américas) na luta pelo trabalho decente. Para ser sustentável, o desenvolvi-

mento precisa por o trabalho como tema central nas preocupações da sociedade, segundo destacou a secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Força Sindical, Ruth Monteiro.

Na opinião da diretora do Sindicato das Costureiras de São Paulo, Maria Susicleia Assis, as centrais sindicais precisam exigir dos governos políticas públicas para democratizar as relações de trabalho. "E exigir punição das empresas que exploram a mão de obra dos imigrantes, aponta ela. Além das ações para combater o trabalho análogo à condição de escravo, o trabalho infantil e às práticas antissindicais, a sociedade tem de exigir saúde e segurança no local de trabalho, salário igual para trabalho igual e redução da jornada de trabalho sem o corte nos salários.

JOVENS DESEMPREGADOS

Para a CSI, a situação dos trabalhadores jovens piorou como aprofundamento da crise econômica e financeira mundial, tendo como resultado a intensificação do trabalho precário. O desemprego no mundo aumentou em mais de 20 milhões de pessoas. Cerca de 150 milhões de jovens dos países em desenvolvimento são considerados trabalhadores pobres.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 80 milhões de jovens estão sem emprego no momento." Os governos têm que investir no desenvolvimento econômico e gerar empregos decentes, ao invés de cortar gastos públicos, enfatiza a secretária geral da CSI, Sharan Burrow.



Susicleia pede punição às empresas que exploram a mão de obra dos imigrantes

Jéssica Santana

CRÉDITO

Cooperativas ampliam poder de compra dos trabalhadores

As cooperativas de crédito têm sido uma alternativa mais barata para os trabalhadores fugirem dos bancos privados que oferecem crédito a juros altíssimos. É o caso da Sicoob Metalcred, dos metalúrgicos de São Paulo e da Grande São Paulo, que tem cerca de 4.500 cooperados.

"A tendência é de crescimento, diz o presidente da cooperativa Clarisvaldo Izídio de Almeida. O cooperado pode ter conta corrente, cheque e cartão de crédito, adquirir produtos e serviços mais baratos de empresas conveniadas e usar o atendimento para efetuar re-

carga de celular e pagamento de títulos e boletos, entre outros serviços bancários.

"Temos o reconhecimento e o respaldo da Sicoob, o maior sistema de cooperativas de crédito do País. Isto é a garantia de que a nossa cooperativa é sólida, possui serviços financeiros de qualidade e oferece segurança aos cooperados", garante a diretora de Finanças do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Elza Pereira.

De forma similar, os metalúrgicos de Osasco e Região também têm um instrumento de crédito barato e seguro: a cooperativa Sicoob CredMe-



Elza: "Cooperativa oferece segurança"



Ortiz: aposentado já tem autorização do BC



Clarivaldo: "Tendência de crescimento"

tal. "Contamos hoje com cerca de 4 mil cooperados. Nossa objetivo é dinheiro barato para o trabalhador realizar seus sonhos", afirma Jorge Nazareno, presidente da cooperativa e do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região.

Por não visarem lucro, os resultados são distribuídos no final do ano entre todos os coo-

perados. No caso dos bancos, o rendimento vai para os acionistas. O Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical já conseguiu autorização do Banco Central para abrir sua cooperativa de crédito. Segundo Carlos Andreu Ortiz, a ideia é ajudar o aposentado a poupar e não ficar endividado nas mãos dos banqueiros.

Jaélcio Santana



Trabalhadores ligados à Força Sindical e à CUT param a rodovia Anchieta em defesa da produção nacional de veículos

Aumento do IPI para proteger empregos

A decisão do governo federal de aumentar em 30 pontos percentuais o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e caminhões zero-quilômetro fabricados fora do Mercosul tende a aumentar o nível de emprego no Brasil e incrementar os investimentos no setor.

"Ao defender tal iniciativa, o movimento sindical quer uma política industrial que estimule a produção e os empregos no Brasil", destaca o vice-presidente da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, acrescentando que as importações criam empregos no exterior.

Para o dirigente, somente no setor automotivo foram licencia-

dos 660 mil veículos importados, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, crescimento de 45% em relação ao mesmo período de 2010.



Miguel Torres: política industrial que estimule a produção



Cidão quer discutir importações da Argentina e México

PROTEÇÃO – A medida vai atingir sobre-tudo os veículos importados da China e da Coréia do Sul. Porém, os carros vindos do Mercosul e do México, regiões com as quais o país mantém acordo de livre comércio, não serão afetados pela taxacão.

"O movimento sindical agora vai cobrar as contrapartidas sociais e tecnológicas das montadoras com fábricas no Brasil", garante Torres. "O governo acertou, pois não dá pra admitir a instalação de empresas no país, sem que isso traga mais empregos e in-

vestimentos no desenvolvimento da produção", admite Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba e da Força Sindical-PR.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão, a iniciativa do governo é positiva, mas ele defendeu um debate acerca das importações da Argentina e México, em cujos veículos não incidirá o aumento do IPI, por conta de acordo comercial entre estes países e o Brasil.

Livre da crise o Brasil não fica. O QUE FAZER?

Aceleração da crise internacional traz à tona a certeza de que provocará estragos na economia brasileira, porém os economistas ainda acham prematuro garantir qual o grau de intensidade do abalo sobre o crescimento, o nível de emprego e a evolução da renda do trabalhador.

Uma coisa é certa: o produto interno bruto (PIB) vai crescer menos do que os 4,5% estimados inicialmente pelo governo federal, mas o país está muito mais preparado para enfrentar os efeitos de uma nova crise em comparação com o final do ano de 2008, quando da explosão dos problemas financeiros ocorridos nos Estados Unidos. "Seremos afetados, mas os danos não serão de grande monta", afirma o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

A segurança ao exportar tal idéia vem do fato de Juruna acreditar que o Brasil tem atualmente um mercado interno poderoso com grande potencial de consumo e bancos estatais capitalizados para injetar dinheiro na economia. Junte-se a isso, o fato de os rendimentos dos trabalhadores e o salário mínimo terem apresentado crescimento real ao longo dos últimos anos por conta da luta sindical, o que estimula o consumo.

BANCOS E RESERVAS

Além disso, os bancos mostram solidez e, ao contrário das instituições norte-americanas, não correm o risco de quebrar. Outro fator positivo é que o país



tem um total de reservas em moeda estrangeira — cerca de US\$ 350 bilhões — que supera o valor de sua dívida externa.

COMO ENFRENTAR A CRISE?

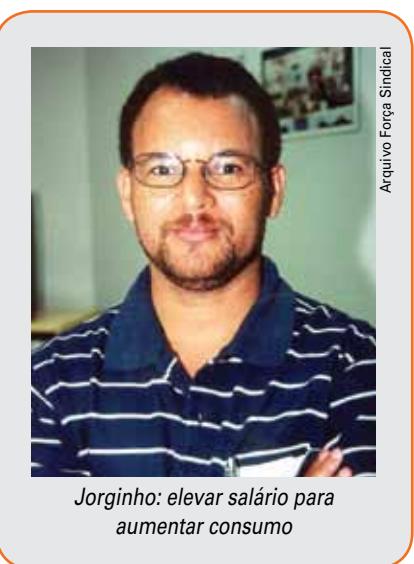
Diante deste cenário, quais então devem ser as grandes preocupações do movimento sindical brasileiro para impedir que a crise provoque grandes estragos na economia brasileira, no emprego e na renda? Para o coordenador da subseção do Dieese da Força Sindical, Airton dos Santos, cabe aos sindicatos priorizar as campanhas salariais, intensificando a luta por elevação dos salários acima da variação da inflação.

É que o nível salarial no país ainda é baixo em comparação com os países desenvolvidos. Portanto, qualquer política que busque frear o movimento de elevação dos salários anda na contramão do projeto de desenvolvimento do Brasil que tem como objetivos a redução da pobreza e a eleva-

ção da participação dos salários na renda nacional.

"O trabalhador que ganha mais, consome mais o que leva as empresas a aumentar a produção, gerando emprego, renda e riqueza", assinala Santos. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Jorge Nazareno, o Jorginho, lembrou que o Brasil conseguiu superar a crise de 2008 sem grandes abalos porque o governo federal reduziu impostos sobre bens de consumo e determinou aos bancos oficiais que irrigassem o mercado com dinheiro para a população comprar a crédito.

"O mercado interno brasileiro foi quem evitou uma crise de grandes proporções. Tanto que as empresas nunca venderam tanto, e as multinacionais mandaram muito dinheiro para as suas matrizes",



avalia Jorginho, ao destacar que o movimento sindical deve exigir do governo que priorize a geração de empregos de qualidade, indispensáveis para o desenvolvimento econômico e humano.

A seu ver, o corte nas horas trabalhadas e a elevação

Redução da jornada

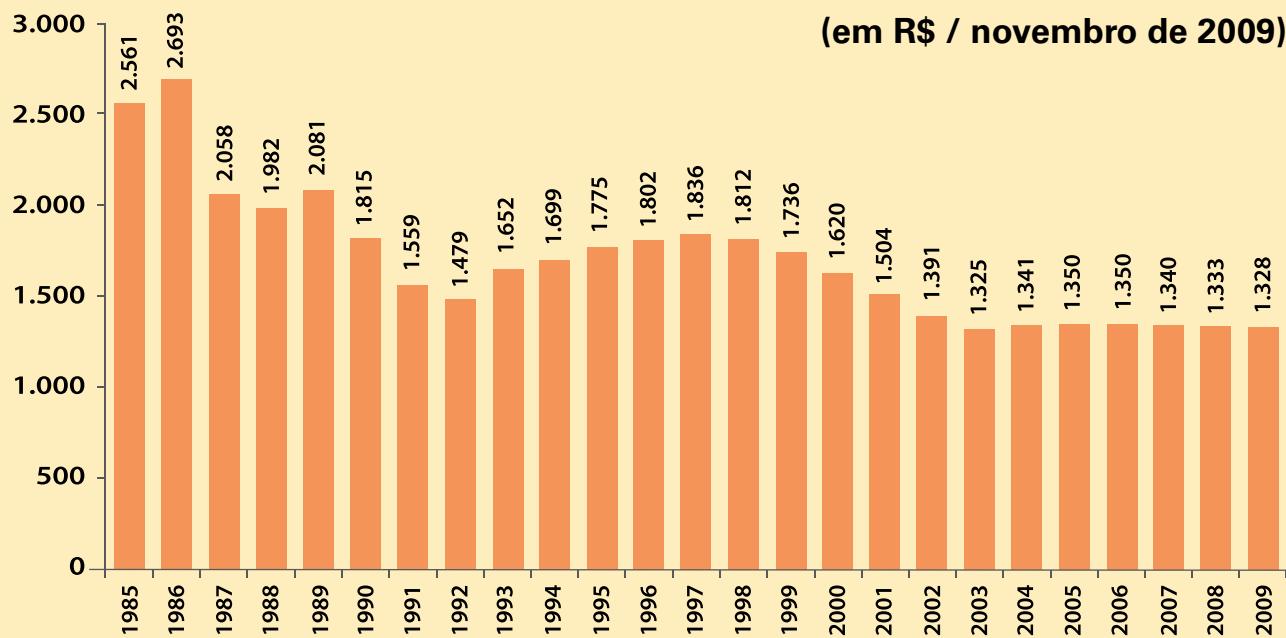
Caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, a redução da jornada de trabalho poderá impulsionar o desenvolvimento do Brasil em razão de ser um fator de incremento econômico, por meio da valorização do trabalho. A abordagem está no livro *"Questões polêmicas sobre a jornada de trabalho"*, escrito por Altamiro Borges e Antônia Loguércio, Notadez/HS Editora, de 2009.

Muito mais do que ser uma medida de "justiça social, de

combate ao desemprego, à informalidade, e ao arrocho salarial", a diminuição das horas trabalhadas é peça fundamental da valorização do trabalho, e indispensável para o desenvolvimento do país. "Não haverá desenvolvimento nacional sem a valorização do trabalho e não haverá valorização do trabalho sem crescimento econômico", admitem os autores.

Se adotada com o conteúdo proposto pelas centrais sindicais, a redução da jornada de

Rendimento médio real dos assalariados da Região Metropolitana de São Paulo – 1985-2009



Fonte: DIEESE/ Seade, MTE/FAT . Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED

Obs.: Inflator utilizado: ICV do DIEESE

Elaboração: DIEESE

dos salários não prejudicam a economia interna do Brasil e nem os negócios com exterior porque o diferencial da competitividade na está no custo da mão de obra. Se não como explicar o fato de os Estados e o Japão, apesar de pagarem altos salários aos

seus empregados, serem tão competitivos?

Na visão do Dieese, um país torna-se competitivo quando oferece vantagens sistêmicas como sistema financeiro a serviço do capital de giro e de longo prazo com taxas de juros acessíveis; investimento

em institutos de pesquisas e universidades voltadas para o desenvolvimento tecnológico; população com altas taxas de escolaridade; cursos técnicos e de qualificação profissional; trabalhadores especializados; e investimentos na infraestrutura do país.

GOVERNO TEM DE FAZER A SUA PARTE

Em paralelo com as lutas dos trabalhadores por ganhos reais de salários, o governo federal tem de fazer a sua parte. Primeiro, garantindo o crédito. Ato contínuo, precisa acelerar a redução da taxa Selic e cortar gastos com o custeio da máquina federal, mas mantendo as políticas públicas e preservando os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do “Minha Casa, Minha Vida”.

Com a economia que o governo vai fazer (juro menor reduz a despesa com a dívida pública), vão sobrar recursos para o investimento estatal. Os juros menores vão também estimular as empresas a incrementar a produção para o mercado interno e externo e a investir em novas fábricas e em tecnologia.

“Este cenário é o ideal porque investimentos em novas unidades fabris e no aumento da produção não geram inflação”, observa Juruna, ao lembrar que a recente valorização do dólar em relação ao real pode provocar aumento na inflação, porém é um estímulo para as vendas externas.

impulsiona o desenvolvimento

trabalho não beneficiaria somente o trabalhador que teria mais tempo livre para o estudo, convivência familiar e o lazer, mas a reivindicação beneficiaria também os empresários.

PROPOSTA REFORMISTA

Trata-se de um instrumento reformista utilizado pelo sistema capitalista que possibilita aos trabalhadores participarem dos ganhos de produtividade gerados pela sociedade.

A redução da jornada produz o crescimento econômico. A causa é que a força de trabalho gera riqueza social, que, por sua vez, agrega valor às mercadorias, valorizando o próprio capital. “Os clássicos da economia política provaram que o valor é dado pelo tempo de trabalho empregado na produção, de forma a que valor e volume de produção em escala social são proporcionais à quantidade (tempo) e à qualidade do trabalho empregado”.

Assim, a redução da jornada de trabalho teria um impacto imediato neste sentido. Quanto mais gente estiver empregada, maior será a quantidade de mercadorias produzidas. Portanto, aumentar o nível de emprego é uma condição essencial para a retomada do crescimento da economia. “Ou seja, será pelas mãos dos desempregados que o Brasil poderá sair do pântano da estagnação a que foi condenado nas décadas neoliberais”, afirmam Borges e Loguércio.



Central que mais cresce no país

Desde a sua fundação, em 1991, a Força sindical destacou-se nas ações de massa em defesa dos direitos trabalhistas e na luta geral pela soberania, democracia e justiça social. Daí o motivo do vertiginoso crescimento da central, com a ampliação das entidades filiadas. Atualmente são mais de 2 mil filiados, representando cerca de 10 milhões de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

Foram 366 novas entidades filiadas de janeiro a setembro deste ano, como o Sindicato dos Metalúrgicos de Rondônia; Sindicato dos Agentes Municipais de Trânsito de Goiânia; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso do Estado da Paraíba; e Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, entre outras.

“Este resultado expressivo é fruto do importante trabalho de filiação realizado por todo o país e também da forte atuação da Força Sindical em defesa dos interesses econômicos, trabalhistas, sociais e políticos da classe trabalhado-

ra”, comemora o secretário de Relações Sindicais, Geraldino dos Santos Silva.

VOLTA REDONDA E GOIÁS

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda/RJ filiou-se à Força Sindical. O presidente da entidade, Renato Soares Santos, considera importante estar em uma central forte e de trabalho. “A Força está na vanguarda e é responsável pelas melhores conquistas para a classe trabalhadora, os melhores salários e PLR”, avalia.

O presidente da Força Sindical-GO, Rodrigo Alves Carvelo, o Rodrigão, parabeniza a filiação do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santa Helena de Goiás. “É mais uma contribuição para a nossa luta por uma vida melhor para os trabalhadores”. O presidente do sindicato, Ailton Manoel de Almeida, diz: “Foi uma atitude natural e sábia filiar-se à Força”.

FRENTISTAS

A Força Sindical também recebeu a filiação da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo, com 16 sindicatos

na base e 100 mil trabalhadores. “Nossa decisão foi por conta do Paulinho representar a classe trabalhadora e das conquistas da central”, diz Luiz de Souza Arraes, presidente da Federação.

A entidade representa 8 mil trabalhadores no comércio varejista e atacadista de Santa Helena de Goiás.



Geraldino Silva:
“Importante trabalho de filiação”

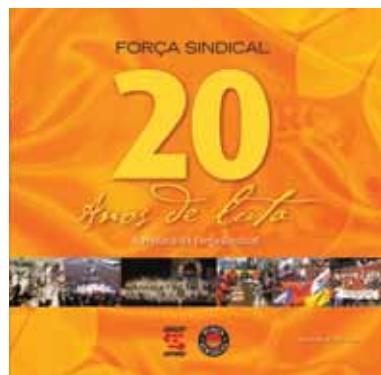
NOVAS FILIAÇÕES

Sindicato dos Agentes Municipais de Trânsito de Goiânia;
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso do Estado da Paraíba;
Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná;
Sindicato dos Motoristas de Passag. e Cobradores nas Empr. de Transp. de Passageiros de Curitiba e Reg. Metropolitana;
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Educação de Luzilândia/Piauí;
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cristalândia/Piauí;
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Guaratinguetá;
Colônia de Pescadores Z-6 - Senador Vergueiro/SP;
Colônia de Pescadores Z-23 - Bertioga/SP;
Colônia de Pescadores Z-27 - Chico Barcelos/SP;
Colônia de Pescadores Z-4 - André Rebouças/SP;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz Natal/MT;
Sindicato dos Fisioterapeutas Ocupacionais do Estado de Minas Gerais;
Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais;
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Frutal/MG;
Sindicato dos Trabalhadores em Sistemas Eletrônicos de Segurança Privada de Minas Gerais;
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Veríssimo/MG;
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Pará;
Sindicato dos Servidores Públicos de Parauapebas/PA;
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Torrefação e Moagem de Café do Estado de Pernambuco;
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas e Comunicação Gráfica de Campinas/SP;
Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, Residenciais, Comerciais e Mistas de Piracicaba/SP;
Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo no Estado de São Paulo;
Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores de Uberlândia/MG;
Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Cargas do Sul e Sudoeste/PA (sede Marabá)

Acesse o site www.fsindical.org.br e acompanhe mais notícias sobre filiações.

LIVRO

Uma história de lutas e conquistas



Embora tenha se desenvolvido sob a égide da democracia, a Força Sindical nasceu em uma época de recessão econômica, crise das ideologias e dispersão do movimento sindical. Enfrentando estes desafios, a central conquistou seu espaço com vigor e combatividade. E tornou-se conhecida pela grande capacidade de organização e mobilização, verificadas em inúmeras campanhas pela restituição e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Estas são algumas conclusões da pesquisa reali-

zada pelo Centro de Cultura e Memória Sindical em 2011, que resultou no livro “20 anos de luta: a história da Força Sindical”, publicada pela Geração Editorial.

Com 144 páginas, o livro traz uma visão panorâmica da história da central, apresenta depoimentos de sindicalistas que falam de episódios das lutas dos trabalhadores brasileiros, além de artigos que debatem estes temas. O livro traz também dados que demonstram a representatividade da Força Sindical e uma breve retrospectiva de fatos marcantes destes vinte anos.

Trabalhador quer mais investimento para desenvolver o Sul

Desenvolver a economia da Região Sul do país foi o centro do debate de 300 militantes e dirigentes sindicais que participaram do 1º Seminário da Força Sindical – Região Sul – Temos Força para Lutar”, de 26 a 28 de setembro, em Florianópolis. O evento fez parte do projeto da Central nacional de promover debates regionalizados sobre a conjuntura econômica e política do país. Antes deste a Força havia realizado seminários no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

De acordo com os presidentes das instâncias estaduais da Força de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, os governos e a iniciativa privada precisam investir na produção regional para promover a criação de empregos, aumento dos salários e distribuição da renda.

“Discutimos também a negociação coletiva, a terceirização e o trabalho decente nos três estados”, afirma o presidente da Força Sindical-SC, Osvaldo Mafra, ao avaliar que o evento atingiu plenamente os objetivos propostos. “Temos vontade de lutar, mas precisamos nos especializar para sentar a mesa de negociação com as demais centrais e discutir de igual pra igual com embasamento e conhecimento de causa”, completa o presidente.

“Assim como cobramos dos empresários que qualifiquem seus funcionários, estamos estudando e qualificando

Arquivo Força Sindical-SC



Janta, Mafra (em pé), Paulinho e Butka defendem investimento público e privado para o desenvolvimento regional

os dirigentes sindicais para que possam atender às reivindicações das bases”, revela Claudio Guimarães Silva, o Janta, presidente da Força Sindical-RS.

Para o presidente da Central-PR, Sérgio Butka, os estados do Sul mostraram nesse evento que tem competência e participação em todas as lutas da Central, por

isso merecem destaque. “Não podemos ser expectadores”, diz ele. Na abertura do seminário, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, mostrou-se preocupado com as importações, pois 20% do consumo brasileiro vêm de fora. “Se continuarmos assim a nossa indústria vai quebrar”, dispara.

INTERNACIONAL

Fortalecer o sindicalismo nas Américas

Arquivo Força Sindical



Neco:
“Manter a unidade na luta”

Dante da gravidade da crise financeira mundial, cabe ao movimento sindical do continente americano fortalecer política e financeiramente as entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e as centrais sindicais) para enfrentar a luta por melhores condições de vida para os trabalhadores, visando a implementação do trabalho decente.

A situação sindical e da economia mundial foi debatida pelo secretário de Relações Internacionais da Força Sindical, Nilton Souza da Silva, o Neco, nos encontros que manteve com os dirigentes sindicais na Colômbia (CGT, CUT e CTC) e no Peru (CUT e CGTP), em setembro.

“Precisamos manter a unidade na luta e pressionar os governos e os empresários a investir no

crescimento econômico voltado para o consumo interno, na valorização da renda e do trabalho e na oferta de crédito a juros baixos”, afirma o dirigente.

“O governo peruano precisa promover um verdadeiro, amplo e inclusivo diálogo social no país. utilizando inclusive a experiência brasileira”, reivindica o presidente da CUT (Peru), Julio Cesar Bazan.

Lei precisa impedir a precarização

Está em processo de negociação uma nova legislação sobre a mão de obra terceirizada, cujo objetivo é garantir aos trabalhadores da empresa contratada os mesmos direitos da categoria profissional especializada. As centrais sindicais defendem o relatório do deputado federal Roberto Santiago (PSD-SP) e rechaçam o projeto de lei do deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), que permite a terceirização total e não garante os direitos trabalhistas.

Segundo Santiago e a Força Sindical, o debate deve incorporar o conceito de "serviços especializados", deixando de lado as atividades meio e fim. Por esta nova visão, o empregado terceirizado que pertence a uma profissão regulamentada com sindicato organizado segue a convenção coletiva de sua categoria.

Por exemplo: o pessoal da limpeza de uma metalúrgica terá direito à convenção firmada pelo seu sindicato, o do asseio e conservação, com os patrões. "Terá assegurado todos os itens da convenção coletiva, como o reajuste salarial", expli-

ca o 1º secretário da Central, Sérgio Luiz Leite o Serginho.

Em audiência pública realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o consultor jurídico da CNTQ (confederação dos químicos), César Augusto de Melo, disse que o desafio é regulamentar a terceirização para que o empregado receba no mínimo o mesmo que o trabalhador da tomadora do serviço, nas mesmas condições. Também responsabilizar solidariamente a empresa tomadora dos serviços, caso a companhia contratada não cumpra com suas obrigações trabalhistas.

As centrais são contra as empresas "genéricas" de terceirização, que fornecem mão de obra para vários setores, como limpeza, segurança, copeiras e filmagens. As negociações prosseguem na Comissão Especial do Trabalho Terceirizado da Câmara dos Deputados. Caso não haja acordo, as centrais voltarão a negociar a proposta original a fim de limitar a terceirização. "Vamos rediscutir a atividade meio e fim para combater a precarização", destaca o dirigente.



As centrais sindicais debatem no TST o conceito de terceirização especializada

AVISO PRÉVIO E O PROTAGONISMO LEGISLATIVO



Agência Brasil

A aprovação do aviso prévio proporcional pela Câmara dos Deputados, no último dia 21, carrega consigo dois grandes méritos. O primeiro é o fato de ser uma decisão que beneficia todos os trabalhadores do país.

O segundo aspecto importante é a retomada por parte do Parlamento brasileiro do protagonismo legislativo sobre matérias de interesse do conjunto da sociedade, muitas vezes exercido por outros poderes do Estado diante da necessidade de responder aos atuais anseios sociais. A decisão é mais um ato que fortalece as instituições políticas e, portanto, dá maior vigor à jovem democracia brasileira.

A regulamentação do aviso prévio proporcional está, certamente, entre os principais avanços na legislação trabalhista dos últimos anos. Embora algumas poucas categorias organizadas já tenham avançado neste quesito, o fato é que a imensa maioria dos trabalhadores brasileiros não possuía este direito. E a decisão vem em um momento muito bom da economia nacional com baixíssimos índices de desemprego e até de pleno emprego em alguns setores, ou seja, sua sanção pela Presidenta Dilma Rousseff não causará impacto imediato aos empregadores. Se, por um lado, alguns analistas enxergam a possibilidade das empresas não quererem permanecer por muito tempo com os mesmos empregados, por outro, as empresas vão "pensar duas vezes" antes de realizar demissões visando à redução de custos. A medida também funciona como uma espécie de prêmio àqueles trabalhadores que, após dedicarem parte significativa de sua vida profissional para uma

mesma empresa, venham a ser demitidos.

Previsto na Constituição de 1988, Artigo 7º, Inciso 21, o aviso prévio proporcional com no mínimo 30 dias aguardava regulamentação desde a promulgação da Carta em vigor. Votado no Senado em 1989 e parado na Câmara desde 1995, o texto aprovado, que prevê o acréscimo de três dias por ano trabalhado, com limitação de 20 anos ou até o máximo de mais 60 dias, é resultado de muitas negociações envolvendo representantes de empresas e trabalhadores. Mesmo que não seja a solução mais adequada para uns ou outros, o certo é que o Legislativo foi o grande mediador do acordo que viabilizou a votação, impedindo que o Judiciário viesse a fixar as regras, independente da vontade e dos argumentos das partes interessadas.

A Presidenta Dilma Rousseff está prestes a sancionar um grande avanço na legislação trabalhista brasileira, fruto de uma democrática construção política maturada no Congresso Nacional e que envolveu parlamentares e lideranças empresariais e de trabalhadores. Ao promover o acordo que possibilitou a aprovação do aviso prévio proporcional, a Câmara dos Deputados afirma uma agenda positiva para o país, retomando o papel de protagonista dos grandes debates e votações de interesse da maioria da sociedade. Temos a expectativa de dar sequência a esse processo e, com isso, levar o Legislativo Federal a conquistar o respeito e o reconhecimento por parte da sociedade de que ali, onde estão presentes todas as forças políticas da Nação, constitui-se, efetivamente, na Casa de todos os brasileiros.

Frigorífico usa dinheiro público e DEMITE TRABALHADORES



Araújo e Carlúcio querem a preservação dos empregos e avisam que a luta não vai parar

Trabalhadores e dirigentes sindicais do setor da alimentação pararam recentemente, por cerca de duas horas, o trânsito na ponte que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, na rodovia Raposo Tavares. A manifestação foi um protesto contra a demissão em massa de 1,3 mil funcionários do frigorífico JBS, na cidade de Presidente Prudente, interior do Estado de São Paulo, e o fechamento da unidade.

Mais uma vez empresários utilizam recursos públicos a juros baixos para promover o saneamento financeiro de seus grupos econômicos sem negociar com os trabalhadores e com os sindicatos. No caso do JBS, o BNDES detém cerca de 32% do capital do grupo. Por isso, uma antiga reivindicação do movimento sindical foi apresentada dias atrás pelo presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, ao presidente do banco estatal, Luciano Coutinho.

Paulinho defende que a liberação de dinheiro público à iniciativa privada seja sempre condicionada à manutenção dos empregos. "Quem usa recursos públicos não pode

demitir. Por isso, estamos reivindicando a reversão dos cortes", explicou o sindicalista, depois de sair da reunião com o presidente do BNDES.

Além dele, participaram do encontro Melquíades Araújo, presidente da Federação da Alimentação do Estado de S. Paulo, e Carlúcio Gomes da Rocha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação de Presidente Prudente (Presidente Epitácio é extensão

de base do sindicato).

MAIS 5 MIL DISPENSAS

"Queremos que as entidades dos trabalhadores, o go-

verno do Estado e a empresas cheguem a um acordo para preservar os empregos", propõe Araújo. "Nossa luta não vai parar", promete Carlúcio da Rocha. Desde que houve a fusão com o frigorífico Bertin, o grupo JBS demitiu cinco mil trabalhadores das unidades de Lins, Guaiçara, Andradina e Guararapes, em um ano e meio, declarou Dulce Helena Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Araçatuba.

Já o sindicato de Barretos contabilizou 100 trabalhadores dispensados na unidade do município, informou o presidente da entidade, Luís Carlos Anastácio, o Paçoca. Na capital paulista, o grupo ameaça demitir 300 dos 2.300 empregados, segundo Carlos Vicente de Oliveira, Carlão, presidente do sindicato.



Manifestação para o trânsito na Raposo Tavares na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul



Aposentados
"ABRAÇAM"
o Cristo Redentor
a fim de sensibilizar
o governo federal
sobre o aumento
real para os seus
proventos

Aposentados lutam por para quem ganha

Uma emenda ao Orçamento da União estabelecendo aumento real para os aposentados em 2012 será apresentada pelo deputado Paulo Pereira da Silva, Paulinho, (PDT-SP), e presidente da Força Sindical. "Quando a emenda estiver para ser votada pelo plenário, iremos em peso ao Congresso Nacional sensibilizar os parlamentares para aprovar-a", afirma João Batista Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, associado à Força Sindical.

Os aposentados estão dispostos a lutar até conseguir o aumento real, disse Inocentini, ao comentar a indignação das pessoas que foram prejudicadas pelo veto dado pela presidente Dilma Rousseff ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, que permitia aumento real para quem ganha mais de um salário mínimo.

ABRAÇO NO CRISTO REDENTOR

No dia 6 de setembro, os aposentados saíram às ruas de várias cidades brasileiras para protestar contra o veto. Fecharam pontos, fizeram passeatas e recorreram a Deus: aproximadamente 300 segurados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo receberam as bênçãos da Arquidiocese do Rio, aos pés do Cristo Redentor no ato "Cristo abraça os aposentados".

Paulinho explicou no ato que apresentará uma emenda profunda que os proventos sejam reajustados com base na inflação mais 80% do PIB.

Com a atual política do governo, serão prejudicados mais de um milhão de aposentados que atualmente recebem benefícios acima dos R\$ 545, que devem descer para a base do salário mínimo, e também outros 7,5 milhões que verão seus vencimentos encolherem, no próximo ano.

"Com o veto, o governo optou pelo empobrecimento dos aposentados e deixou uma parcela significativa de brasileiros fora da ascensão social tão comentada no Brasil. Embora tenham con-



Foto Tiago Santana



Veio gente de todo o Brasil para engrossar a manifestação



Em frente ao Cristo, os manifestantes acenderam velas e foram abençoados por um padre

REAJUSTE acima do mínimo

tribuído com valores próximos ao teto máximo, nos últimos 20 anos amargaram uma redução de mais de 50% do benefício", diz Carlos Andreu Ortiz, presidente do Sindicato dos Aposentados de São Paulo.

Segundo Inocentini, se nada for feito dentro de 34 anos todos aqueles que se aposentaram pelo máximo receberão benefício de apenas um salário mínimo.

PARANÁ

Em Londrina (PR), os aposentados interditaram o trecho urbano da BR-369, nos dois sentidos, na altura da região central da cidade, por mais de uma hora. O presidente estadual do Sindicato dos Aposentados do Paraná, Antonio Dias Lobato, explicou que os ganhos já estavam previstos na LDO, mas foram vetados pela presidente Dilma.



Lobato reclamou da presidente Dilma por ter vetado o reajuste

"Os aposentados", afirmou, "sofrem com a defasagem salarial. Os aumentos de preços que eles enfrentam dos produtos alimentícios, saúde e moradia, por exemplo, não são considerados quando recebem reajuste dos benefícios. Somente no ano passado teve aumento de 20% na área de medicamentos, um dos itens essenciais para sobrevivermos".

BELO HORIZONTE

Os mineiros resolveram fazer uma sardinhalbada em frente a porta do INSS, no centro de Belo Horizonte, com a participação da Força Sindical-MG. Alguns aposentados distribuíam sardinha para quem passava no local, enquanto outros reclamavam no microfone da desvalorização de seus benefícios ao longo dos anos.



Os mineiros protestaram com uma sardinhalbada em frente ao INSS



Em Londrina, os aposentados interditaram um trecho da BR 369



Paulinho e Inocentini também querem protestar no Congresso Nacional

Para o presidente da Força Sindical estadual, Rogério Fernandes, "o protesto foi para mostrar ao governo que não estamos quietos e nem satisfeitos com esse voto, que humilha mais uma vez os aposentados". Já o presidente do Sindicato dos Aposentados de MG, Carlos Moreira, reclamou da liberação dos R\$ 13 bilhões aos empresários e da falta de respeito com os aposentados.

RIO GRANDE DO SUL

O ato realizado pelos gaúchos foi na Esquina Democrática, de Porto Alegre. A diretora do Sindicato dos Aposentados, Elizabeth Costa disse: "É vergonhoso o que a presidente fez. Vетar o aumento de quem ganha acima do mínimo sem dar explicações. Eu queria que ela tivesse um dia de alegria indo ao super-



mercado com um salário de R\$ 619 para ver se ela iria sustentar uma família. No entanto, isto não acontecerá porque hoje ela tem 60 anos e quando sair da presidência da República, o salário dela será de ex-presidente eternamente".

A aposentada Eunice Luz declarou que a luta pela recomposição salarial dos aposentados é constante porque é um período da vida em que mais precisa de assistência e recursos. "Hora do medicamento, hora do lazer, o que hoje não se tem condições com o atual salário. Muitos sustentam a família, ajudando filhos e netos e pagando o aluguel".

Também realizaram protestos, os aposentados de Marília, Ourinhos, Tupã, Assis, Paraguaçu Paulista, Bauru, Araçatuba e Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo.

40 anos da morte de CARLOS LAMARCA

Segundo o livro A Lei da Selva (2006), escrito por Hugo Stuard, o combate à luta armada no Brasil suplantou as Leis da Guerra, violando os princípios dos Direitos Humanos e das Convenções de Genebra, que tratam da proteção aos civis e aos prisioneiros em tempos de guerra. Com isso, importantes fatos históricos ocorridos àquela época foram ocultados por pretensas Razões de Estado.

Em 1964, quando ocorreu o golpe militar, Carlos Lamarca servia à 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre. Dois anos antes ele atuara nas Forças de Paz da ONU, na região de Gaza, Palestina, onde presenciou a injustiça social. De volta ao Brasil em 1963, o capitão, ávido por compreender a sociedade, debruçou-se sobre estudos marxistas.

Em 24 de janeiro de 1969 Lamarca desertou do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna, em Osasco, tornando-se um dos principais opositores do regime.

Desde antes da deserção ele mantinha contato com Onofre Pinto, ex-sargento, cassado e preso pela repressão no Ato Institucional nº1, em outubro de 1964. Onofre, que foi um dos grandes articuladores da luta armada no Brasil, recrutara Lamarca e com ele comandaria a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Organização que, após sofrer com a prisão de vários membros formou, junto com outros grupos, a VAR-Palmares.

A ação de Lamarca se intensificava, mas a clandestinidade era um desafio para os guerrilheiros. Quando não estavam em ação, confinavam-se nos chamados "aparelhos". Foi em um destes aparelhos, em São Paulo, que Lamarca, com seus companheiros, decidiu iniciar um treinamento militar no Vale do Ribeira.

Em 1969 os órgãos de segurança já sabiam da existência do que chamavam de "atividades subversivas" em áreas rurais e iniciaram uma caçada pela mata. As primeiras ofensivas, efetuadas por soldados

por: Carolina Maria Ruy*

inexperientes, não chegaram perto de abalar o movimento. Mais do que bem preparados, os guerrilheiros estavam determinados a lutar pelo fim do regime militar.

Lamarca conseguiu sair vivo do Vale do Ribeira, tornando-se o homem mais procurado do país. De volta à cidade ele comandou, no Rio de Janeiro, o último sequestro de um diplomata durante a ditadura. Giovanni Butcher, Embaixador da Suíça, vítima do mais longo sequestro político já ocorrido no Brasil, foi o refém para a libertação de 70 presos políticos. Mas, o governo, que havia cedido nos sequestros anteriores, endureceu e recusou-se a libertar 13 nomes da lista enviada pela VPR. O impasse quase custou a vida de Bucher. Ele só não foi morto por intervenção do líder Lamarca, que assumiu a responsabilidade de negociar com o governo. O Embaixador foi libertado em 16 de janeiro de 1971, três dias após o embarque dos 70 presos libertados, com os 13 negados substituídos por outros.

Em março daquele ano, Lamarca entrou no MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Depois refugiou-se em Buriti Cristalino, no sertão baiano. Os militares, que passaram a incrementar seus mecanismos de repressão, com um cruzamento de dados coletados ao longo de anos de caçada, fechavam cada vez mais o cerco.

Para caçar Lamarca, o comandante do DOI-CODI baiano, major Nílton Cerqueira, montou o que Stuart apontou como a primeira grande operação militar brasileira desde a II Guerra (1939 /1945): a operação Pajuçara, com 215 homens das forças armadas, além de policiais federais, do DOPS e da Polícia Militar da Bahia.

Após ser descoberto Lamarca, já fi-

sicamente frágil, fugiu com a ajuda de José Campos Barreto, o Zequinha (histórico militante, líder da greve metalúrgica em Osasco, 1968). Por vinte dias eles percorrem quilômetros até chegarem em Pintada, um pequeno povoado em Ibiapetum. Como seus rostos já eram conhecidos, não tardou para que os militares os localizassem. E, na tarde de 17 de setembro de 1971, os homens de Cerqueira surpreenderam a dupla, matando Zequinha com uma rajada de metralhadora e Lamarca com sete tiros.

Os dois corpos foram transportados para a base aérea de Salvador e fotografados em um chão de cimento. Uma foto famosa que tornou-se um dos símbolos da truculência daquele regime.

Cinco dias após a morte de Lamarca o diretor da Censura Federal deu o seguinte recado nos meios de comunicação: "Por determinação do presidente da República, qualquer publicação sobre Carlos Lamarca fica encerrada em todo o país. Qualquer referência favorecerá a criação do mito, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional".

Mais de trinta anos depois, em 2007, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu a patente de coronel do exército a Carlos Lamarca e o status de perseguidos políticos à sua primeira esposa, Maria Pavan Lamarca, e a seus dois filhos, que passaram a ter direito à pensão e indenização.

Em 2010, entretanto, acatando ação do Clube Militar, a juíza Cláudia Maria Pereira Bastos Neiva suspendeu a decisão da Comissão de Anistia. A questão continua indefinida.



A luta de Lamarca
foi pelo fim do regime militar

*Carolina Maria Ruy é jornalista, coordenadora de projetos do Centro de Cultura e Memória Sindical